

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Lucas Antonio Xavier
Bruna Carraro de Oliveira
Chirlei de Fátima Rodrigues
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec
Simone Vieira Sant'Anna Fardim
José Izaias Moreira Scherrer Neto
Luciano Carneiro Cardozo
Unir Andrade Rabelo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3432118051

CAPÍTULO 2..... 15

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Zanado Pavão Sousa Mesquita
Marcella Arraes Castelo Branco
Elenice de Alencar Silva

DOI 10.22533/at.ed.3432118052

CAPÍTULO 3..... 28

A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Felipe Miranda Zanetti

DOI 10.22533/at.ed.3432118053

CAPÍTULO 4..... 40

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS

Miguel Rodrigues Netto

DOI 10.22533/at.ed.3432118054

CAPÍTULO 5..... 54

A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Nascimento Lira
Roseli Fernandes Lins Caldas

DOI 10.22533/at.ed.3432118055

CAPÍTULO 6..... 65

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS

Leandro Silva de Paula

DOI 10.22533/at.ed.3432118056

CAPÍTULO 7	78
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3432118057	
CAPÍTULO 8	90
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.3432118058	
CAPÍTULO 9	101
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
DOI 10.22533/at.ed.3432118059	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
DOI 10.22533/at.ed.34321180510	
CAPÍTULO 11	125
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180511	
CAPÍTULO 12	133
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
DOI 10.22533/at.ed.34321180512	
CAPÍTULO 13	144
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva
Antonio Ernandes Marques da Costa
Neide Gravato da Silva
Giselle Raquel Israel
Ezio Távora dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.34321180513

CAPÍTULO 14..... 156

A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA

Paulo Cesar Cedran
Chelsea Maria de Campos Martins

DOI 10.22533/at.ed.34321180514

CAPÍTULO 15..... 166

AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE

Elizabeth R. O. Pereira
Edicléa Mascarenhas Fernandes
Franklin José Pereira
Nathalia R. O. Habib Pereira
Victor R. O. Habib Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34321180515

CAPÍTULO 16..... 177

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida de Oliveira Lage
Urbano da Silva Batista
Leidiane Chaves da Cruz
Valdeis Correa Baiense
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34321180516

CAPÍTULO 17..... 190

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Anelise Kologeski

DOI 10.22533/at.ed.34321180517

CAPÍTULO 18..... 204

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Maria do Carmo Soares de Almeida
Susana Henriques

DOI 10.22533/at.ed.34321180518

CAPÍTULO 19.....	214
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
DOI 10.22533/at.ed.34321180519	
CAPÍTULO 20.....	233
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
DOI 10.22533/at.ed.34321180520	
CAPÍTULO 21.....	244
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.34321180521	
CAPÍTULO 22.....	260
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
DOI 10.22533/at.ed.34321180522	
CAPÍTULO 23.....	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.34321180523	
CAPÍTULO 24.....	280
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
DOI 10.22533/at.ed.34321180524	

CAPÍTULO 25	301
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosângela Teles Carminati Soares	
Andreia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180525	
CAPÍTULO 26	314
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> : DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.34321180526	
CAPÍTULO 27	328
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
DOI 10.22533/at.ed.34321180527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	334
ÍNDICE REMISSIVO	335

CAPÍTULO 9

A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES

Data de aceite: 01/05/2021

Data de submissão: 02/02/2021

Clarice Schneider Linhares

Universidade Estadual do Centro Oeste-
Unicentro
Campus Santa Cruz- Departamento de
Pedagogia
Guarapuava- Estado do Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0889494792719933>

Laurete Maria Ruaro

Universidade Estadual do Centro Oeste-
Unicentro
Campus Santa Cruz- Departamento de
Pedagogia
Guarapuava- Estado do Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5759167183590675>

RESUMO: De acordo com as mudanças ocorridas na organização do trabalho pedagógico no interior da escola pública do Estado do Paraná, uma nova racionalidade técnica determina o(s) sujeito(s) envolvido(s) nesse processo. Ele é denominado como professor pedagogo e assume o papel antes assumido pelo especialista de educação, quais sejam: o orientador educacional, o supervisor escolar e o administrador escolar. Cada qual era responsável por uma parte do processo - o aluno (orientador educacional), o professor (supervisor escolar), a administração da escola (administrador escolar). Este artigo pretende analisar criticamente o trabalho deste novo profissional, agora responsabilizado por

toda articulação do trabalho pedagógico da escola.

PALAVRAS - CHAVE: racionalidade técnica - pedagogo - escola pública.

THE NEW WORK TECHNICAL REASONING OF THE PEDAGOGUE IN PUBLIC SCHOOL FROM THE STATE OF PARANÁ: POSSIBILITIES AND LIMITS

ABSTRACT: In accordance with the occurred changes in the organization of the pedagogical work in the interior of the State of the Paraná, a new rationality technique determines subject citizens the involved ones in this process. It is called as professor pedagogo and before assumes the role assumed by the education specialist, which is: the educational person who orientates, the pertaining to school supervisor and the pertaining to school administrator. Each one responsible age for one party to suit the pupil (orienting educational), the professor (pertaining to school supervisor), the administration of the school (pertaining to school administrator). This article intends to critically analyse the work of this new professional, now made responsible for all joint of the pedagogical work of the school.

KEYWORDS: rationally technique – pedagogo -public school.

1 | INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná, a partir de 2005, implantou a função do professor/pedagogo, o qual se responsabiliza pela organização, articulação e operacionalização sobre os

procedimentos didático-pedagógico, bem como do próprio projeto pedagógico da escola. Entretanto, ao assumir essa função como articulador desse processo, modificou sua identidade funcional, direcionando sua atenção ora para atividades de rotina, ora para atividades de organização e planejamento. Porém, sem entendimento sobre as atividades de real importância dentro do processo educacional.

Na década de 1970 a 1980, vários autores como: APARÍCIO (1972), ANDRADE (1976), LENHARD (1973), PRZBYLSKI (1976), RANGEL (1979), SERGIOVANNI (1978) e SILVA (1987) fizeram uma profunda reflexão sobre os profissionais que atuavam na escola naquela época e que isso nos leva a repensar, neste momento, quando as mudanças ocorridas na escola e no mundo atual indicam uma nova racionalidade técnica no trabalho pedagógico, as quais buscam apenas atender os ditames econômicos de mercado. Com isso, busca-se fazer um paralelo entre o modelo tecnicista / funcionalista do coordenador pedagógico da década de 1970 a 1980 e o momento atual quando se enaltece o domínio por parte de quem coordena o trabalho pedagógico como aquele que detém pleno domínio sob toda a organização didático-pedagógico.

2 | ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTUAIS DA SUPERVISÃO ESCOLAR

De acordo com o artigo da professora Dra. Naura Syria Ferreira Corrêa da Silva, intitulado *O papel do supervisor no atual contexto brasileiro*, já na década de 1980 verificava-se a necessidade de se repensar e se redefinir o papel do educador. Segundo a autora, "as contradições que esboçaram esses questionamentos onde é necessário democratizar a educação como ato político, assumido e consciente, participativo e real [...]". (SILVA, 1983, p. 6)

A necessidade hoje, após uma redefinição do papel daquele que está designado para responder pela articulação do todo processo pedagógico na escola, exige uma análise não só de suas origens, mas também de suas relações e contradições no seu processo histórico, social, político e econômico:

O histórico da Supervisão no Brasil, desde a sua origem, como elemento integrante do processo educacional, bem como a evolução de suas concepções e de seus conceitos, de acordo com as diferentes posturas axiológicas de diversos autores e instituições, já foi realizado por muitos profissionais e especialistas da área específica ou, mais genericamente, ligados a educação. (SILVA, 1987, p. 37)

De acordo com Luís Aparício (1972), verificava-se a necessidade de professores, administradores e supervisores participarem de um amplo processo de Educação para América Latina (CASEAL). Realizou-se, para tanto, um encontro patrocinado pela Organização dos Estados Americanos (O.E.A.) e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que, dentre outros objetivos, visava:

- Estimular e complementar os esforços nacionais e multinacionais no campo da educação;
- Impulsionar a cooperação interamericana em matéria de educação, conforme as normas, e os mandatos relativos à educação contidos na Declaração dos Presidentes da América, e.....
- Promover a integração da América Latina por meio da educação, com o propósito de elevar o nível econômico e social da região e como passo importante para a integração americana, respeitando a personalidade educacional (Resolução CIC - 9/68 do Conselho Interamericano Cultural - O.E.A.). (APARÍCIO, 1972, p. 5)

O encontro, que visou a promoção da melhoria sociocultural da América Latina por meio da escola e da educação, concluiu que o analfabetismo, a subalimentação, o subemprego, as enfermidades, a mortalidade e a pobreza poderiam ser dirimidos por meio da educação, bem como pela pessoa que fosse responsável pela organização do processo didático-pedagógico.

Nascia, naquele momento, a figura e a função da Supervisão da Educação, adotando-se os padrões sócio/culturais/econômicos dos países mais desenvolvidos. Segundo o texto, onde havia exigências de mudança era mais dinâmica e autoritária; onde essas eram débeis, ocorria o fenômeno contrário. Para uma supervisão consciente de seu papel, deve-se superar as limitações impostas pelo meio, em que os conceitos de homem, de educação, de sociedade são formados a partir de princípios que o salvem da ignorância e do atraso cultural frente aos países mais avançados, cultural e politicamente.

Naquele momento, havia ênfase para a ação de uma supervisão democrática em que se privilegiava o uso de métodos científicos, a prática e a convivência da liberdade, a valorização da dignidade humana, o respeito aos direitos dos outros; o estímulo à criatividade, cooperação e trabalho em equipe, e avaliação contínua do seu trabalho. Segundo o próprio texto, a supervisão da educação não é um fenômeno isolado do contexto da própria sociedade, como a política, a cultura, o comportamento, a ciência, a filosofia, entre outros.

Os princípios que a regiam buscavam despertar a sensibilidade para se atingir os ideais como a cientificidade, a objetividade, a democracia, a totalidade, a flexibilidade, a liderança, a interação humana e, principalmente, a continuidade. Para isto, deveria ser planejada, permitindo a organização, sistematização e consecução dos objetivos a que se propunha; a economia do tempo; a cooperação entre o supervisor e o professor; dentre outras. Há, segundo o próprio texto, a qualidade profissional do supervisor como pessoa e como educador.

Diante disto, são esses os objetivos da supervisão:

O propósito último da supervisão é a promoção do desenvolvimento do aluno e, daí, conseqüentemente, o progresso da sociedade.

O propósito imediato da supervisão é cooperar no desenvolvimento favorável do processo ensino-aprendizagem. (BAAR, BURTON e BRUECKNER)

De acordo com o que se tem analisado e comentado até aqui, a supervisão da educação é uma força que promove a mudança em diversos sentidos, especialmente no que se refere à maneira de pensar e de atuar das pessoas que trabalham neste campo, para estimular mudanças nos professores e em toda a comunidade.

Se a supervisão consegue modificar o conceito que as pessoas têm de si mesmas e, particularmente, da função que o professor tem em suas mãos, indiscutivelmente pode estar em condições de mudar as práticas tradicionais e rotineiras do ensino.

Em última instância, a promoção de mudanças para melhorar as instituições educacionais é propícia para o melhoramento de fatores e atividades que promovam o desenvolvimento integral do estudante como um meio seguro para acelerar o progresso da sociedade. Sobre este particular, assim se expressa Alarcão (2001, p. 54)

A escola é uma invenção da sociedade para proteger e fazer progredir sua cultura. Uma boa escola, em nossa sociedade, ajuda as pessoas jovens e velhas a atender e a apreciar os ideais e valores da vida democrática. Ajuda-as a assumir as responsabilidades da cidadania.

Como a sociedade na qual o homem vive exerce influência vigorosa sobre o tipo de educação que deve ser-lhe dada, a qualidade das instituições em que se realiza a educação deve garantir sua eficácia para bem da sociedade a que serve.

O supervisor, dentro deste contexto, deve atualizar de forma permanente os conhecimentos e experiência dos professores, renovando técnicas de ensino, conteúdos disciplinares, currículos e formas adequadas de trabalho com seus alunos.

Os objetivos da supervisão na empresa é a busca máxima da eficiência produtiva. Na escola, é a eficácia dos seus procedimentos didático-pedagógicos, como: orientar, estimular e cooperar na educação do aluno; assessorar professores para a correta interpretação da política educacional nacional; avaliar todo processo educacional a curto, médio e longo prazo.

Quanto às funções classificadas em técnicas, administrativas e sociais, buscam complementar atividades de caráter extremamente funcionalista, tecnicista e burocrática, não fugindo à regra do momento tecnicista da educação.

Autores como Andrade (1976), Lenhard (1973), Prybylski (1976), Rangel (1979) Sergiovanni (1978) e Silva (1987) apontam a proposta de uma supervisão moderna como aquela que traz para o seu trabalho riqueza de conhecimentos acerca das crianças e do currículo, além de habilidades para se trabalhar de forma eficiente com as pessoas e para que eles mesmos (os professores) resolvam seus problemas. Visa, também, à transformação

da escola como um todo orgânico e não como a soma de atividades paralelas, interligadas apenas por estruturas administrativas exteriores ao conteúdo educativo. A supervisão pedagógica é indispensável a todas as escolas e à própria humanização da educação, preocupada com a autorrealização dos alunos, professores e especialistas da educação. Com isto, encerra-se a primeira parte deste artigo, fazendo-se uma contextualização histórica e conceitual da gênese da supervisão escolar.

O pensamento que move a escola é tipicamente burguês, construído simultaneamente ao aparecimento das bases ideológicas do capitalismo e do próprio pensamento científico. Isto é, o desenvolvimento histórico do capitalismo e do pensamento científico coincidem com os ingredientes que compõem a razão da escola, a natureza dos processos científicos e o julgamento do certo e errado nos procedimentos pedagógicos.

Para Durkheim, a escola surgida na era da modernidade assume o papel na construção de uma racionalidade burguesa. Em sua obra *Educação e Sociedade* (1972), salienta três aspectos: a educação como ação institucional para se garantir a continuidade da vida material; o papel da educação para efetivação do consenso social e solidariedade através do trabalho; o papel educativo de transmissão da cultura.

Segundo Marx, há uma desconfiança em relação ao papel social da educação por esta ser considerada um aparelho de perpetuação da ideologia dominante e que, mesmo rompendo com o positivismo clássico, não consegue distanciar-se do racionalismo universal.

Já para Paulo Freire, o rompimento com o positivismo clássico se deu na medida em que se questionou o saber dominante, colocando no mesmo patamar o sujeito aprendiz e o sujeito que ensina.

Há uma mudança radical em todos os segmentos da sociedade: a escola, o conhecimento e o mundo do trabalho. Esta transição paradigmática demonstra que a exploração taylorista/fordista, vigente durante o século XX, está esgotando-se em todos os setores, da economia à tecnologia de produção contínua. De acordo com esse modelo, a escola atuava dentro de um nível periférico e se detinha ao preparo do trabalhador para uma determinada linha de produção, sem maiores conhecimentos específicos.

Hoje, diante do desenvolvimento de novas tecnologias, deu lugar às novas formas de organização de trabalho e ao surgimento de um novo estilo de trabalhadores, munidos, agora, de habilidades gerais de comunicação, abstração e integração. Considera-se, também, a guerra capitalista por mercados, cuja nova arma é a competitividade, assegurada pelo domínio de tecnologia sofisticada operada por um trabalhador mais instruído.

Como se vê, a evolução recente no mundo do trabalho deu margem às novas práticas de gestão, inclusive a escolar, constituindo uma organização do trabalho pedagógico dentro da escola.

A mudança do modelo taylorista para um modelo toyotista, baseado em princípios como a formação contínua, sociedade aprendente e formação crítico-reflexiva, é, na

realidade, um processo permanente de desenvolvimento organizacional. A formação contínua e prático-reflexiva de professores e supervisores (estes, agora denominados pedagogos) é responsável pela articulação de todo processo pedagógico da escola em que é necessário:

- Desmistificar a visão funcionalista, tanto de professores quanto de pedagogos, valorizando a inovação como um processo de desenvolvimento organizacional e de aprendizagem permanente.
- Destacar o papel decisivo que cabe à universidade e às agências formadoras pela formação inicial de professores e pedagogos. Há uma estreita relação entre ensino básico, secundário e superior, cuja formação pode ser sentida em suas práticas docente, na gestão do currículo, nos métodos pedagógicos e na relação com seus alunos.
- Orientar professores e pedagogos nas buscas de sua formação contínua em que não se trata mais de primeiro formar professores, para que depois possam aplicar o que aprenderam, mas integrar o “lugar de aprender” e o “lugar de fazer”.

A partir da década de 1990, em âmbitos federal, estadual e municipal, os novos modelos de organização do trabalho pedagógico já estavam presentes no cenário educacional brasileiro, cujo discurso neoliberal, de acordo com os ditames econômicos, deu ênfase ao modelo flexível, à descentralização de recursos, à qualidade total e à própria otimização de recursos e serviços prestados pelo Estado. O caráter economicista da relação entre educação e desenvolvimento sempre esteve presente nos planos de governo de diversos níveis, como também nos documentos produzidos pelos centros de elaboração das políticas sociais.

A educação continua a ser invocada como "tábua de salvação" para o progresso e equilíbrio social, tal como já acontecia na década de 1970, apontada como forma de superar a miséria e a ignorância.

3 I A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA: POSSIBILIDADES E LIMITES

O surgimento do novo milênio deu lugar a um estado de caos. Novos conhecimentos e descobertas sobre o homem e a sua vida no planeta possibilitaram que, simultaneamente, surgissem aspectos positivos e negativos, tais como o aumento da média de vida, a cura de algumas doenças, a comunicação entre os povos, o trabalho em rede o conhecimento simultâneo dos grandes acontecimentos; paralelo ao uso e generalização das drogas, a perda da identidade ética e moral, o desemprego e a pobreza.

Essa nova racionalidade técnica do trabalho do pedagogo busca uma nova cientificidade, obtendo uma visão mais ampla do contexto atual. A nova forma de organização sugere o domínio de novas competências sobre o processo educacional,

sobre o processo ensino-aprendizagem e sobre a organização do trabalho pedagógico da escola, dando-se ênfase à figura do pedagogo como articulador e mediador. Entretanto, a nova ética de organização do trabalho não deve perder de vista a questão de identidade desse profissional e do papel que cabe à escola, ao aluno, ao professor, como elementos importantes para transformação social.

Alarcão (2001, p. 10-11) lembra que os educadores têm uma responsabilidade acrescida na compreensão do presente e na preparação para o futuro, já que grande parte do tempo das crianças e dos jovens é passada na escola. Esse novo paradigma civilizatório manifesta-se no modo como os profissionais, inclusive os da educação, atuam em sua profissão. Há o desejo de uma escola reflexiva, que continuamente pense em sua missão social e acredite que formar é organizar contextos de aprendizagem, em possibilitar ambientes formativos e saudáveis, e que, para isso, utilize uma gestão estratégica e flexivelmente viva na ação do professor com seus alunos. Ao sujeito articulador e mediador de todo esse processo, cabe, neste cenário, ser o parceiro, respeitando a autonomia do professor.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, a partir de 2004/2005 há um direcionamento das atividades do pedagogo por meio das propostas de ações coordenadas pelo setor de gestão escolar, denominada C.G.E., e que estão disponibilizadas pelo portal da educação. Essas ações compreendem: grupos de estudo, encontros entre o núcleo regional e a secretaria de educação, jornadas pedagógicas, cadernos pedagógicos, projetos diversos, como a TV Educativa de Paulo Freire, e estudos sobre regimento escolar e demais setores da escola como conselho escolar, dentre outros.

A partir dessas ações, a escola organiza o seu Projeto Político Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de Ação da Escola e o Plano de Ação Docente, com vistas à efetivação de uma gestão democrática. Para essa discussão, a Secretaria de Estado da Educação elaborou um documento base estabelecendo um paralelo entre o papel da direção e da equipe pedagógica, atendendo ao próprio processo de gestão democrática.

Faz, ainda, ponderações sobre os aspectos legais respaldada pela Constituição Federal de 1988, que em seus artigos 205 e 206, apresenta a educação como direito de todos e dever do estado, com base em determinados princípios como igualdade, liberdade, pluralismo de ideias, gratuidade, valorização dos profissionais de educação e padrão de qualidade.

As teorias modernas de administração escolar, segundo Rosar (1999), vão além do modelo de gestão compartilhada, próprio do conceito de qualidade total, baseada na produtividade e eficiência. Ainda segundo essa autora, o convencimento ideológico acionado pelo governo limita a prática de diretores, pedagogos e professores e reproduzem determinada terminologia, sem melhor entendimento sobre o que está sendo veiculada.

A gestão democrática compreende noções de cidadania, da apropriação de bens

culturais e do desenvolvimento de todas as potencialidades que, segundo Coutinho (2000), são abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado.

Ainda, de acordo com Ferreira (1999), a gestão significa organizar, dirigir, tomar decisões, ter consciência coletiva e formar seres humanos por meio da educação. Para Gramsci, é possível preparar a classe trabalhadora também para pertencer à classe dirigente.

Neste aspecto, a escola, como instituição social, é também um espaço de mediação entre sujeito e sociedade, entendendo-se como um processo de emancipação humana e de transformação social. Assim, o papel político da escola está atrelado ao seu papel pedagógico e garante que o processo de ensino/aprendizagem esteja a serviço da mudança necessária.

Para Saviani (2007), a sociedade brasileira vive sobre a influência do capital monopolista internacional, resultado da reorganização das classes trabalhadoras. Com isto, justifica-se a adoção da gestão democrática pela escola pública, respeitando os princípios de organização, participação, planejamento e tomada de decisão.

A seguir, as ações do Núcleo Regional de Guarapuava em relação ao período de 2007/2010, descritas em grupos de estudo, encontros, jornadas pedagógicas, formação continuada, cadernos e produções pedagógicas, análise de diversos documentos e propostas de trabalho para a escola. São elas:

Ações Coordenação de gestão escolar-CGE - 2007/2010

Grupos de Estudos: processo de formação continuada para pedagogos, conselheiros escolares e funcionários da SEED/NRE

- Elaboração de três processos de capacitação
 - Seleção de textos para estudo
- Análise dos textos e elaboração dos roteiros de estudo
 - Envio do material ao NRE
 - Total de participantes: 26.200

Encontro NRE-CGE- Formação continuada junto aos NRE para discutir, analisar e dimensionar o trabalho pedagógico dos NRE.

- Elaboração de um processo de capacitação
 - Seleção de textos para estudos
 - Contratação de profissionais das IES
 - Total de participantes: 200

Jornadas Pedagógicas de Pedagogos- Formação continuada junto às Equipes Pedagógicas das escolas públicas estaduais para discutir, analisar e dimensionar as ações pedagógicas nas escolas

- Elaboração de um processo de capacitação
 - Seleção de textos para estudo
 - Contratação de profissionais das IES
 - Total de participantes: 6.500

CGE Itinerante- Formação continuada de pedagogos e diretores das escolas de rede estadual para a discussão, análise e propostas de ações para intervenção na prática pedagógica das escolas

- Elaboração de dois processos de capacitação
- análise dos projetos Político-Pedagógicos e planos de Ação da Escola do NRE a ser visitado
- Seleção de textos para estudo de acordo com as necessidades apontadas.
 - Visita aos NRE
 - Total de participantes: 8.150

Cadernos Pedagógicos- Elaboração e Implementação dos Cadernos Pedagógicos para apoio às equipes Pedagógicas, direção, professores e alunos

- Elaboração do manual de produção dos Cadernos Pedagógicos
- Divulgação do projeto
- Contratação de professores das IES para orientação e validação dos artigos
- Publicação dos Cadernos Pedagógicos

Edital de Concurso para Pedagogos

- Elaboração do Edital para Concurso Público de Pedagogos

Produções Pedagógicas

- Elaboração do manual Produções Pedagógicas
- Divulgação e orientação permanente do Projeto
- Validação permanente das produções
- Publicação das Produções Pedagógicas online

Projeto junto ao **Portal Dia-a-dia Educação**

- Elaboração e seleção de materiais a serem divulgados no Portal

Projetos junto à **TV Paulo Freire**

Desenvolvimento de Projetos junto à TV Paulo Freire Organização da Gestão Escolar e Políticas Públicas na implementação da formação continuada a distância

Regimento Escolar

- Construção do caderno de apoio para elaboração do Regimento Escolar das escolas
- Construção do Regimento Escolar em todas as escolas estaduais do estado

Conselho Escolar- redimensionar as ações do Conselho Escolar, fortalecendo a prática democrática e participativa

- Acompanhamento, junto aos NRE, da organização e ação dos Conselhos Escolares das escolas públicas estaduais.

Projeto Político-Pedagógico- Orientação para implementação dos projetos.

- Dimensionar as práticas pedagógicas das escolas de acordo com os pressupostos dos Projetos Político-Pedagógicos

Instâncias Colegiadas- seu fortalecimento nas escolas

- Acompanhamento, junto aos NRE, da organização e ação das Instâncias Colegiadas das escolas públicas estaduais

Planejamento Participativo e Plano de Ação das Escolas

- Acompanhamento, junto aos NRE, elaboração e implementação do Plano de Ação das escolas públicas estaduais

Eleição de Diretores

- Assessorar no processo de eleição de diretores
- Subsidiar a construção do Plano de Ação do Diretor

Assessoria pedagógica aos departamentos e programas das SEED

- Assessoria pedagógicas à Equipe de Educação Indígena, Educação do Campo, SAREH, Programa Superação e as demais

Reuniões técnicas com os NRE

- Reuniões técnicas com as Equipes de Ensino dos NREs e Chefias, para assessorar, discutir, analisar e dimensionar as ações pedagógicas dos NREs

Trabalho conjunto com as Secretarias do Estado da Saúde e do Trabalho	-Contato com as demais Secretárias/ Unidades/ órgãos para integração com o processo educacional
Trabalho em conjunto com os demais departamentos e coordenações da SEED	-Participação em cursos e reuniões, planejamentos e ações que envolvam questões pedagógicas
Membros em comissões	Participação em várias comissões criadas pela SEED, que envolvem assuntos pedagógicos.

4 | CONCLUSÃO

A título de conclusão provisória e diante de uma nova figura que se delineia no interior da escola como aquele que se responsabiliza como articulador do processo pedagógico, o pedagogo é aquele que detém não só essa responsabilidade, mas deve incorporar um novo perfil como educador.

Diante das ponderações feitas sobre a nova organização do trabalho na escola, o pedagogo assume um novo papel que vai além das práticas mecanicistas e funcionalistas. Cabe perguntar se neste momento a sua formação o preparou para exercer com competência o trabalho para o qual está sendo designado e a pergunta está relacionada à nova organização do trabalho e do mundo em tempos atuais.

Para isso, é necessário que a direção e a equipe pedagógica busquem um trabalho coletivo, que deve ser explicitado no projeto político pedagógico da escola. Deve, também, superar conflitos e eliminar relações competitivas, corporativas e autoritárias e que são próprias de rotinas burocráticas do modelo anterior de administração escolar.

Nesse aspecto, o papel do diretor é, predominantemente, gestor e administrativo, mas sempre com enfoque pedagógico. Ao pedagogo, não cabe mais a defesa de uma lógica tecnicista e indiferente à realidade escolar, mas sim sua função de mediador do trabalho pedagógico, mesmo nos espaços de contradição para a transformação da realidade escolar.

O edital N. 10/2007 de seleção para concurso público para o preenchimento da carreira do professor/pedagogo, prevê sua participação na gestão escolar como:

- Coordenar o projeto político pedagógico e o plano de ação da escola;
- Aprofundar temas que possibilitem a elaboração de propostas de intervenção;
- Garantir o atendimento as necessidades do educando;
- Elaborar projetos de formação continuada;
- Observar a legislação vigente, como a L.D.B. e o Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Orientar a comunidade escolar em todas as ações pedagógicas, desde o projeto pedagógico e a proposta pedagógica curricular.

Com isso, pode-se perceber que o papel do pedagogo se legitima não somente na mediação da gestão escolar, mas, principalmente, no movimento de organização do currículo pela via da gestão.

REFERÊNCIAS

ALARCAO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ANDRADE, N. V. de. **Supervisão em Educação**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos: FENAME, 1976.

APARÍCIO, L. **Tópicos iniciais sobre Supervisão da Educação**. São Paulo, CRPE-OEA Curso para Administradores e Supervisores da Educação na América Latina, 1972.

LENHARD, R. **Fundamentos da supervisão escolar**. São Paulo: Pioneira, 1973.

PRYBYLSKI, E. **O supervisor escolar em ação**. Porto Alegre: Sagra, 1976.

RANGEL, M. **Supervisão pedagógica: um modelo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SERGIOVANNI, T. et STARRAT, R. **Novos padrões de supervisão escolar**. São Paulo: EPU, 1978

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **O papel do pedagogo na gestão: possibilidades de mediação do currículo-** (mimeografado)

SILVA, N.S.F.C. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

T

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

V

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br